



**direito
ao
desenvolvimento**



Desafios atuais da sustentabilidade:

Relação entre leis, direitos e ODS no Brasil.

Desafios atuais da sustentabilidade:

Relação entre leis, direitos e ODS no Brasil.

INSTITUTO
MATTOS FILHO

civicus

POLITIZE!

2024

Agradecimentos

Adriana Pires Gentil Negrão
Aline Monteiro da Silva
Amanda Namur
Ana Cândida Sammarco
Ana Lua Bacelar de Souza
Antonio Augusto Rebello Reis
Arthur Felisbino Serafin
Bianca dos Santos Waks
Caio Carvalho de Matos
Camilla Kathleen Gonçalves de Oliveira
Carla da Silva Oliveira
Carolina Angelozzi de Lima
Danilo Ferreira Almeida Farias
Danniel Garcia B. de Figueiredo
Eduardo da Costa Pereira
Eduardo Costa Guerra
Elen Caroline Moretto de Oliveira
Enzo Samuel Cavalcante Martins
Fabiano Ricardo Luz de Britto
Fabio Teixeira Ozi
Flora Jones
Gabriela Trovões Cabral
Giovanna Capra
Giovanna Guilhem de Araujo
Grazielly Rocha de Arruda
Guilherme de Cesaro Galvan
Guilherme Eufrasio Pinheiro
Gustavo Carvalho Galvão Machado da Silva
Henrique Lago da Silveira
Ilana Z. Lafer S.

Isabella Santana Simões
Isabella Senedez de Andrade
Isabella Proença Soares
Jeniffer Thais da Silva
João Akihito Mitsuse
João Felipe Heim
José Daniel Gatti Vergna
Julia Filipini Ferreira
Juliana Furini de Vasconcellos Puntel
Larissa Lisboa Waiandt
Laura Davis Mattar
Layane dos Santos Henrique
Ligia Lima Godoy
Lina Pimentel Garcia
Lucas Barreto
Lucas Rabêlo
Luísa Gomes Gonçalves
Luiz Eduardo Altenburg de Assis
Maria Carolina Vitorino Lopes
Mariana Mativi
Mariana Nigri Barbanti
Martinho Netto Guidolin Buonamici
Nathalia Akemi Kawata da Silveira
Patrícia Mutti e Mattos
Rômulo Silveira da Rocha Sampaio
Talita Cruz
Tamires Auaad
Thais Cristina de Jesus
Thais Guilherme

Convidados especiais

Alexandre Vasserman - INFINEAT
Bárbara Lopes - AÇÃO EDUCATIVA
Carolina Ricardo - INSTITUTO SOU DA PAZ
Cinthia Gherardi - SISTEMA B BRASIL
Céu Araujo - ONG VERDE
Clério Aguiar - INSTITUTO MAR ADENTRO
Eduardo Ávila - REVOLUSOLAR
Gabriela Rozman - PACTO GLOBAL DA ONU - REDE BRASIL
Gabriel Marmentini - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO (ACBG BRASIL)
Helena Rocha - PIPA SOCIAL
Luana Pretto - INSTITUTO TRATA BRASIL
Maria Siqueira - PACTO CONTRA A FOME
Nádia Barbazza - HAJA
Solange Bottaro - INSTITUTO RAMACRISNA
Ygor Santos Melo - TETO BRASIL
Yvone Bezerra de Melo - PROJETO UERÉ

Sumário

Desenvolvimento sustentável: crescer sem prejudicar	05
Legislação Brasileira e ODS 1: desigualdade, pobreza e exclusão digital	06
Legislação Brasileira e ODS 2: insegurança alimentar e agricultura familiar	07
Legislação Brasileira e ODS 4: educação digital e inclusão	08
Legislação Brasileira e ODS 5: combate à violência de gênero	09
Legislação Brasileira e ODS 6: crise hídrica e gestão de recursos	10
Legislação Brasileira e ODS 7: transição energética	11
Legislação Brasileira e ODS 8: trabalho remoto	12
Legislação Brasileira e ODS 9: indústria 4.0 e desenvolvimento tecnológico	14
Legislação Brasileira e ODS 10: desigualdade e discriminação contra a população LGBTQIAPN+	15
Legislação Brasileira e ODS 11: urbanização sustentável e mobilidade urbana	16
Legislação Brasileira e ODS 12: economia circular	17
Legislação Brasileira e ODS 13: mudanças climáticas e descarbonização	18
Legislação Brasileira e ODS 14: pesca predatória e poluição marinha	19
Legislação Brasileira e ODS 15: desmatamento e perda da biodiversidade	20
Legislação Brasileira e ODS 16: fake news, transparência e democracia	21
Legislação Brasileira e ODS 17: governança	22
ODS 18... mas não eram 17?	23
Referências	24

Desenvolvimento sustentável: crescer sem prejudicar

Você já parou para pensar no futuro do nosso planeta e das próximas gerações? As mudanças climáticas, a **desigualdade social** e a degradação ambiental são desafios urgentes que exigem soluções imediatas.

O Brasil, com sua rica biodiversidade e uma população diversa, enfrenta esses problemas de maneira única e intensa. Nesse contexto, a busca por um **desenvolvimento sustentável** torna-se mais importante do que nunca.

Em resposta a essa urgência, esta cartilha foi desenvolvida como parte do projeto Direito ao Desenvolvimento, uma iniciativa do *Instituto Mattos Filho*, em parceria com a *Civicus* e a *Politize!*. Seu propósito é apresentar as conexões, diretas ou indiretas, entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a legislação brasileira.

Por meio dessas conexões, buscamos evidenciar como as leis podem ajudar a enfrentar **desafios contemporâneos**, promover um desenvolvimento sustentável e assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Por que isso importa?

Entender como os **ODS** e a **legislação** se conectam às questões **atuais de sustentabilidade** é fundamental para construir um futuro melhor. Quando todos conhecem seus direitos e responsabilidades, podem contribuir de maneira mais eficaz para a proteção do planeta e o bem-estar coletivo!

CLIQUE PARA CONHECER
OUTROS PROJETOS

 Tributos e
Desigualdade 

EQUI
DADE 

ARTIGOQUINTO 

direito
ao
desenvolvimento

ODS
1

Desigualdade, pobreza e exclusão digital

NO BRASIL, A POBREZA AINDA É UM DESAFIO SIGNIFICATIVO.



Em 2022



A **exclusão digital** é um fator que agrava essa situação: mais de **29 milhões de brasileiros** não têm acesso à internet e ficam excluídos de serviços essenciais, educação e oportunidades de trabalho, perpetuando o ciclo de pobreza.

Dentro da legislação brasileira, a **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993)** se destaca como referência na luta contra a pobreza. Ela assegura o direito à assistência social e suporte financeiro por meio do **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, que atende mais de **6 milhões de pessoas**, entre idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Impacto da LOAS

Redução da pobreza

um estudo realizado pelo **Ipea** analisou a desigualdade no Brasil entre 1992 e 2012 e mostrou que o BPC, junto ao Programa Bolsa Família, ajudou a diminuir a desigualdade no país.

Inclusão social

o BPC permite aos beneficiários acessar necessidades básicas, participar da comunidade e melhorar sua qualidade de vida.

direito
ao
desenvolvimento

ODS
2

Insegurança alimentar e agricultura familiar

Em **2022**, mais de 33 milhões de brasileiros enfrentaram **insegurança alimentar grave**, segundo dados do IBGE.

A **agricultura familiar** atividade essencial para a produção de alimentos no Brasil, também enfrenta desafios como falta de recursos, acesso limitado a mercados e práticas sustentáveis insuficientes, comprometendo a sustentabilidade do setor e a segurança alimentar.



Neste contexto, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional **Lei nº 11.346/2006** e a **Lei nº 14.828/2024** representam marcos na promoção do direito humano à alimentação adequada e no incentivo à agricultura familiar no Brasil.



Impacto das Leis



Redução da insegurança alimentar

+24MM

Mais de **24,4 milhões de pessoas** saíram da situação de fome no Brasil em 2023.

Fortalecimento da agricultura familiar

77%

das **propriedades rurais no Brasil** são de agricultura familiar

25%

produzem **alimentos essenciais** do país

Pandemia e saúde pública

A PANDEMIA DE **COVID-19** EXPÔS A FRAGILIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO.



Entre
2020 e 2023
o país registrou mais de

700 mil mortes pela doença

Durante essa emergência sanitária, o **Sistema Único de Saúde (SUS)** foi essencial para atender milhões de brasileiros, coordenando a resposta à crise.

A base legal que sustenta essa atuação é a Lei Orgânica da Saúde (**Lei nº 8.080/1990**), responsável por regulamentar o SUS e assegurar o direito à saúde gratuita e universal para todos os brasileiros.

Impacto da Lei



Combate à pandemia

O SUS foi essencial no enfrentamento à **COVID-19**, coordenando a distribuição de vacinas e tratamentos em todo o país.



Ampliação do acesso à saúde

Mais de **70% da população** depende exclusivamente do SUS para cuidados de saúde, mostrando sua relevância para a população brasileira.

Educação digital e inclusão

Em **2020**, primeiro ano da pandemia de COVID-19, cerca de **5,1 milhões de crianças e adolescentes** estavam fora de atividades educacionais devido à falta de infraestrutura digital.

Em escolas públicas **que têm computador**, a **média** é de 1 equipamento **para cada 10 alunos**



Para responder a esses desafios, a Lei do Plano Nacional de Educação (**PNE - Lei nº 13.005/2014**) estabelece metas para promover a inclusão educacional, expandir o acesso digital e garantir a qualidade do ensino para todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis.

Além disso, a Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela **Lei nº 14.533/2023**, propõe ações para ampliar o acesso a tecnologias, capacitar professores e alunos, e incentivar a inovação e a pesquisa.



Impacto das Leis

- 1 Nos últimos anos, houve um aumento no acesso à internet nas escolas públicas brasileiras. De acordo com o **Censo Escolar 2023**, 89% das escolas públicas têm internet disponível.
- 2 O **PL 2614/2024**, em tramitação na Câmara dos Deputados, visa aprovar o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2024-2034. Um dos objetivos principais é promover a educação digital.

Combate à violência de gênero

Em 2023, a cada

24 horas
ou menos
oito mulheres

foram vítimas de violência, de acordo com [dados](#) da Rede de Observatórios da Segurança.

No Brasil, as principais leis de combate à violência contra as mulheres são:

Lei Maria da Penha

(Lei nº 11.340/2006)

Lei do Feminicídio


(Lei nº 13.104/2015)

Impacto das Leis

♀ **Aumento de denúncias**

2022	2023
88 mil	115 mil

♀ **Redução de feminicídios**
em 2023, houve uma [pequena redução](#) nas taxas de feminicídios

 queda de quase 2,5% em relação a 2020.



direito
ao
desenvolvimento

ODS
6

Crise hídrica e gestão de recursos

Sabia que mais de **35 milhões de brasileiros** ainda não têm acesso à água potável?

Além disso, **100 milhões não possuem serviços de esgoto adequados.** Isso se deve principalmente à falta de infraestrutura e à má gestão de recursos hídricos, que resultam em desperdício e contaminação de fontes de água. Esses problemas agravam a crise hídrica.

Desde 1997, o Brasil tem a **Política Nacional de Recursos Hídricos** ([Lei nº 9.433/1997](#)) que visa garantir o uso sustentável e a proteção dos recursos hídricos no país.

Impacto da Lei



Aumento no acesso à água

95,7% das residências brasileiras hoje têm acesso à água tratada.



Saneamento básico

Dados de acesso do brasileiro ao sistema de esgoto adequado:

2000 → 59,2% → 75,7% ← 2022

direito ao desenvolvimento

ODS
17

Transição energética

O BRASIL É UM DOS **LÍDERES MUNDIAIS** NA GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL, COM MAIS DE **45% da matriz energética baseada em fontes limpas.**



Isso coloca o país em uma posição estratégica para acelerar a transição energética. O processo envolve a redução de emissões de carbono e outros gases de efeito estufa e contribui para a mitigação das mudanças climáticas.

Para sustentar e impulsionar essa transição, a **Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295/2001)** dispõe sobre a **Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia**. Essa legislação define níveis máximos de consumo específico de energia ou mínimos de eficiência energética para máquinas e aparelhos fabricados ou vendidos no Brasil.

O **Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGIEE)** é responsável por **regular, monitorar e implementar** os padrões propostos pela Lei de Eficiência Energética, garantindo que equipamentos como motores, lâmpadas e refrigeradores atendam aos critérios mínimos de eficiência.

Impacto da Lei

1

Economia de energia
redução no consumo de energia em setores de produção.

2

Redução de emissões
mitigação de CO₂, ajudando no combate às mudanças climáticas.

Trabalho Remoto

A pandemia impulsionou o trabalho remoto no Brasil, com **8,2 milhões de brasileiros** trabalhando nessa modalidade em 2020. Em 2022, **9,5 milhões** de pessoas trabalharam remotamente no país.

Para acompanhar essa transformação, a **Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)** modernizou as relações de trabalho, regulamentando práticas como o trabalho remoto e flexibilizando contratos.



Impacto da Lei

Formalização

Todo o uso de equipamentos e despesas com energia e internet deve ser **previamente acordado com o empregador** por contrato.

O controle das atividades é feito por metas e entregas, sem necessidade de registro de horário.

Renda

Pessoas que trabalham em regime de home office ganham **2,7 vezes mais que a média**, de acordo com **levantamento do IBGE**.

A reforma ampliou as oportunidades para funções de maior qualificação e remuneração, como gerentes, profissionais de TI e advogados, que são mais compatíveis com o trabalho remoto.

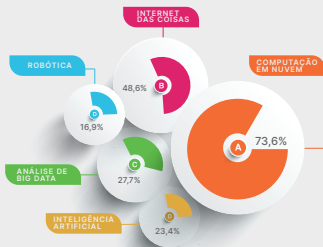
Indústria 4.0 e desenvolvimento tecnológico

A Indústria 4.0 está transformando o setor produtivo no Brasil, com um aumento de **30% na adoção de tecnologias avançadas** nos últimos anos. Em **2022**, 84,9% das indústrias com mais de 100 funcionários já utilizavam pelo menos uma **tecnologia digital**.

Duas leis principais impulsionam a inovação e a transformação digital no país.

A Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004) incentiva parcerias entre empresas e centros de pesquisa para desenvolver novas tecnologias.

Já a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) é o principal instrumento de apoio à inovação no setor privado, oferecendo benefícios fiscais para empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D).



Impacto das Leis

- Essas leis impulsionaram de forma significativa o investimento em inovação. Em **2022**, empresas beneficiadas pela Lei do Bem investiram **R\$ 35,1 bilhões em pesquisa e desenvolvimento** — 29% a mais em relação ao ano anterior.
- O Brasil **passou a investir 1,3% do PIB em P&D** na última década. Além disso, o **investimento** da indústria brasileira em inovação de processos aumentou 33,4% entre 2016 e 2019.

Desigualdade e discriminação contra a população LGBTQIAPN+

No Brasil, a **população LGBTQIAPN+** enfrenta desigualdades significativas em áreas como renda, acesso a empregos, educação e saúde.

Apenas 4,5%
das pessoas LGBTQIAPN+
têm emprego.

O **acesso à saúde** também é mais difícil para o grupo de pessoas LGBTQIAPN+.

Além disso, estudantes LGBTQIAPN+ têm mais que o dobro de probabilidade de **abandonar a escola**, por conta da violência no ambiente escolar.

O Brasil tem adotado **medidas legais e políticas públicas** para combater a discriminação e promover a **equidade de oportunidades** para a população LGBTQIAPN+.

Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011: emitida pelo Ministério da Saúde, estabelece diretrizes para a promoção da saúde integral da população LGBTQIAPN+.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu **equiparar** crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo, conforme a **Lei nº 7.716/1989**.

Impactos

- Em **2022**, 85% das empresas aceleraram suas iniciativas de diversidade e inclusão.
- Ampliação do acesso** de pessoas trans a procedimentos no SUS.



direito
ao
desenvolvimento

ODS 11

Urbanização sustentável e mobilidade urbana

+80% da população brasileira vive em áreas urbanas e o déficit habitacional é de 6 milhões de moradias, o que agrava problemas de infraestrutura e reduz a qualidade de vida.



A alta concentração populacional nas cidades também gera obstáculos para a mobilidade urbana, como congestionamentos e falta de acesso a transportes públicos eficientes.

No Brasil, o **Estatuto da Cidade** (Lei nº 10.257/2001) define diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável e regula o uso do solo, promovendo a função social da propriedade.

Além disso, temos a **Política Nacional de Mobilidade Urbana** (Lei nº 12.587/2012) que busca melhorar o transporte nas cidades, priorizando meios sustentáveis.

Impacto das Leis

Maiores investimentos: nos primeiros meses de 2023, foram investidos cerca de **R\$ 7 bilhões em infraestrutura de transportes** — o que corresponde a 90% de todo o valor aplicado em 2022, mostrando um avanço significativo no setor.

O BRASIL GERA CERCA DE 80 MILHÕES DE TONELADAS DE RESÍDUOS POR ANO,



mas apenas 4% desse volume é reciclado, criando um grande desafio ambiental.

Frente a esse cenário, a **Política Nacional de Resíduos Sólidos** ([Lei nº 12.305/2010](#)) promove a gestão integrada de resíduos e a responsabilidade compartilhada, incentivando a reciclagem e a economia circular.

Impacto da Lei

Redução de resíduos



Das indústrias reduziram a geração de resíduos no Brasil.

Estratégia de economia circular



Recentemente, o Brasil passou a ter uma Estratégia Nacional de Economia Circular.

direito ao desenvolvimento

ODS 13

Mudanças climáticas e descarbonização

O Brasil é o **6º maior emissor de gases de efeito estufa** do **mundo**, sendo o **desmatamento**, a mudança no uso da terra e a queima dos derivados de petróleo as principais atividades responsáveis pelas emissões.

Em 2009, foi instituída a **Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009)**, que estabelece metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa e promove estratégias para uma economia de baixo carbono.



Impacto da Lei

Avanços na neointustrialização

Entre 2023 e o primeiro trimestre de 2024, o Brasil fez avanços na chamada **neointustrialização**, isto é, a modernização da indústria nacional para manter a capacidade produtiva, enquanto reduz as emissões de carbono.



Redução de emissões

O **Brasil reduziu** as emissões de efeito estufa em 8% no ano de 2022.

Pesca predatória e poluição marinha

Em seis décadas, a **pesca predatória** *diminuiu* drasticamente as populações de peixes de recifes em nosso país. Além disso, o Brasil lança, anualmente, mais de **três milhões de toneladas de lixo plástico** nos oceanos.

Diante desse cenário, a Lei da Pesca ([Lei nº 11.959/2009](#)) foi instituída para regulamentar a pesca sustentável e promover a proteção dos ecossistemas marinhos brasileiros.

Impacto da Lei

Conservação marinha: nos últimos anos, a criação de reservas marinhas no Brasil teve um crescimento expressivo, **aumentando a área protegida** de 1,5% para 26,4% do território marinho nacional.

Implementação de **medidas temporárias de restrição à pesca** durante os períodos de reprodução das espécies de peixes, como a **Operação Piracema**.



direito
ao
desenvolvimento
ODS | 15

Desmatamento e perda da biodiversidade

Em 2022, a Amazônia Brasileira **perdeu quase 3 mil campos de futebol por dia**, o que representa a **maior taxa de desmatamento do bioma** nos últimos 15 anos.



O resultado é que espécies e comunidades locais enfrentam sérias ameaças, incluindo a perda de biodiversidade, a degradação dos habitats naturais e o aumento da vulnerabilidade das comunidades tradicionais que dependem da floresta para subsistência.

Para mitigar esses impactos, o Brasil adotou o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que regula o uso sustentável das florestas e promove a recuperação de áreas degradadas.

Impacto da Lei



Recuperação de florestas

+12MM

O Brasil anunciou recentemente a **meta de recuperar 12 milhões de hectares** de vegetação até 2030.

Redução do desmatamento

27%

O desmatamento da Mata Atlântica **caiu 27%** entre 2022 e 2023.

45,7%

Na Amazônia, o desmatamento teve **redução de 45,7%**.

Fake News, Transparência e Democracia

Nos últimos anos, a disseminação de **fake news se intensificou**, ameaçando a integridade da **democracia brasileira**.



Essa propagação de informações falsas compromete a tomada de decisões informadas pelos cidadãos, minando a confiança no sistema democrático.

Atualmente, o Brasil ocupa a 104ª posição no Índice de Percepção da Corrupção, segundo a Transparência Internacional, evidenciando a urgente necessidade de fortalecer a transparência e a **confiança nas instituições públicas**.

Para enfrentar essas questões, o Brasil tem a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que garante a clareza das ações governamentais e facilita o acesso a dados públicos.

Impacto da Lei

- **Crescimento dos pedidos de informação:** desde a implementação da lei, o número de solicitações de dados públicos aumentou continuamente
- A Lei de Acesso à Informação mantém um índice de 98% dos pedidos respondidos dentro do prazo estabelecido.

Governança

O Brasil enfrenta desafios significativos para implementar os **ODS** de forma integrada. A realização destes objetivos exige a cooperação entre **governos, sociedade civil e setor privado**, sustentada por uma boa governança.

Na prática, uma **governança** eficaz implica a criação de mecanismos transparentes, responsáveis e colaborativos, que facilitam a coordenação de esforços e recursos para atingir metas comuns.

Nesse contexto, a Lei Anticorrupção ([Lei nº 12.846/2013](#)) desempenha um papel fundamental ao combater a corrupção e promover a integridade nas **parcerias público-privadas** e internacionais.



Impacto da Lei

Em uma década, o país recuperou

R\$ 1,2 bilhão
em multas e
R\$ 18 bilhões
em ressarcimentos

por meio de acordos de leniência.

De acordo com o Índice Previsão de Risco de Corrupção (*Corruption Risk Forecast*), o Brasil se destaca, entre mais de 120 países, nos quesitos de transparência orçamentária, integridade pública e transparência.



direito ao desenvolvimento

ODS 18

... mas não eram 17?



Tendo em vista as desigualdades raciais em termos de renda, acesso a empregos e oportunidades de crescimento profissional da população negra no Brasil, precisamos de **ações eficazes para combater o racismo**. Assim, o governo brasileiro defende uma atenção especial ao combate ao racismo na Agenda 2030 e propôs um **ODS 18 para promover a igualdade étnico-racial**.

Em julho, a proposta foi apresentada na ONU, mostrando o compromisso do Brasil com uma sociedade mais justa e igualitária. Vale dizer que, com o apoio do Ipea, Fiocruz e IBGE, e do Observatório do ODS 18 na UFSP, estão sendo criados indicadores e formas de acompanhar o seu progresso.

Essa iniciativa mostra que a Agenda 2030 é viva e pode evoluir para atender adequadamente a **realidade dos países**. Assim, a inclusão do ODS 18 representa um passo importante para tornar o desenvolvimento mais justo e combater desigualdades históricas.

Construir um futuro sustentável significa garantir oportunidades para todos, sem deixar ninguém para trás!



Gostou do conteúdo?

Compartilhe e ajude a mostrar como as leis são essenciais para garantir nossos direitos e construir um futuro mais justo.

Referências

- Agência Brasil - Acesso à saúde é mais difícil para pessoas LGBTQIA+ acima de 50 anos.
- Agência Brasil - Agricultura familiar é oitava maior produtora de alimentos do mundo
- Agência Brasil - Brasil gera cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos por ano.
- Agência Brasil - Brasil precisa recuperar 25 milhões de hectares de vegetação nativa.
- Agência IBGE - Síntese de Indicadores Sociais
- Agência de Notícias IBGE - Censo 2022: Rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem.
- Agência de Notícias IBGE - Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022.
- Agência de Notícias IBGE - 84,9% das indústrias de médio e grande porte utilizaram tecnologia digital avançada.
- Agência GOV - BPC
- Agência GOV - Desmatamento na Amazônia tem redução de 45,7%
- Agência GOV - Empresas beneficiadas pela Lei do Bem investiram R\$ 3,5 bilhões em pesquisa e inovação em 2022
- Agência GOV - Pesquisa IBGE Mais de 24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023
- Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023 - CONTAG
- Cadernos NIC.br
- CNN Brasil - Brasil perde 10 posições e fica em 104º em índice sobre percepção de corrupção.
- CNN Brasil - Investimento da indústria em inovação cresce 334% entre 2016 e 2019.
- CNN Brasil - STF reconhece criminalização da homofobia pela Lei de Racismo
- Embrapa - Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional.
- Exame - Ranking aponta o Brasil como o terceiro maior mercado mundial de energia solar
- FGV - Mapa da Nova Pobreza
- FIESC. Mais de 80% das indústrias reduziram a geração de resíduos e consumo de água e energia no Brasil.
- G1 - Brasil tem déficit habitacional de 6 milhões de domicílios.
- G1 - Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans.
- G1 - Feminicídio: 4 mulheres morrem por dia vítimas deste tipo de crime no Brasil.
- G1 - Pessoas que trabalham em regime de home office ganham 2,7 vezes mais que a média, diz IBGE.
- G1 - Saneamento básico: 100 milhões de pessoas não têm rede de esgoto e falta água potável para 35 milhões.
- INEP - Resumo Técnico do Censo Escolar 2023

Referências

- IPEA - BPC e reforma da previdência
- Jornal USP - Um novo mapa para a conservação marinha no Brasil.
- Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde comemora 34 anos de democracia e cidadania.
- Observatório da Segurança. A cada 24 horas, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência.
- Senado - Paim celebra 18 anos da Lei Maria da Penha, mas lamenta aumento da violência.
- Lei nº 7.716/1989
- Lei nº 8.080/1990
- Lei nº 8.742/1993
- Lei nº 9.433/1997
- Lei nº 10.257/2001
- Lei nº 10.295/2001
- Lei nº 10.973/2004
- Lei nº 11.196/2005
- Lei nº 11.340/2006
- Lei nº 11.959/2009
- Lei nº 12.187/2009
- Lei nº 12.305/2010
- Lei nº 12.527/2011
- Lei nº 12.587/2012
- Lei nº 12.651/2012
- Lei nº 12.846/2013
- Lei nº 13.104/2015
- Lei nº 13.467/2017